

Sumário

Nota do Autor	xix
Nota do Autor à 3ª Edição	xxiii
Capítulo I – Sujeitos e Partes do Processo. A Comunicação dos Atos Processuais ao Acusado. Inatividade Processual. Do Assistente da Acusação.....	1
1. Sujeitos Processuais e a Problemática em Torno da (In)Existência de Partes no Processo Penal.....	1
2. Do Acusado. Citação, Notificação e Intimação Como Manifestações do Direito Fundamental ao Contraditório e à Ampla Defesa. Ausência Processual e Inadequação da Categoria “Revelia”	6
2.1. A Comunicação dos Atos Processuais como Manifestação do Contraditório e da Ampla Defesa	8
2.2. A Citação do Acusado. Garantia do Prazo Razoável. Requisitos e Espécies. Citação por Carta Precatória e Rogatória. Citação do Militar, do Servidor Público e do Réu Preso.....	9
2.2.1. Concessão ao Acusado do Tempo e dos Meios Adequados para a Preparação de sua Defesa.....	10
2.3. Citação Real e Ficta (Edital)	14
2.4. Citação com Hora Certa.....	17
2.5. (Re)Definindo Categorias. Inatividade Processual Real e Ficta do Réu. Ausência e Não-Comparecimento (réu não encontrado).....	20
2.6. Aplicação do Art. 366 do CPP.....	20
2.6.1. Não-Comparecimento. Suspensão do Processo e da Prescrição. Problemática	20
2.6.1.1. Aplicação Literal do Art. 366. Suspendendo o Processo e a Prescrição por Tempo Indeterminado. Recurso Cabível....	22
2.6.1.2. Crítica à Suspensão Indefinida da Prescrição. Da Inconstitucionalidade à Ineficácia da Pena. O Esquecimento: Ameaçador, mas Necessário. A Prescrição como Direito ao Esquecimento Programado.....	25
2.6.1.3. Em Busca do Limite à Suspensão da Prescrição. As Diferentes Posições Teóricas	27
2.6.2. A (Injustificável) Exclusão de Incidência do Art. 366 do CPP na Lei nº 9.613/98.....	30
2.6.3. Não-Comparecimento. Prisão Preventiva. Produção Antecipada de Provas.....	31

2.7. Aplicação do Art. 367 do CPP. Ausência. A “Condução Coercitiva” do art. 260 do CPP. Exigência de Ordem Judicial Fundamentada.....	32
2.8. Inadequação da Categoria “Revelia” no Processo Penal.....	35
2.9. Notificação e Intimação do Acusado. Contagem de Prazos	37
3. Assistente da Acusação	39
3.1. Natureza Jurídica. Legitimidade, Capacidade e Interesse Processual. Pode o Assistente Recorrer para Buscar Aumento de Pena? Crítica à Figura do Assistente da Acusação	40
3.2. Corréu Não Pode Ser Assistente. Risco de Tumulto e Manipulação Processual	45
3.3. Momento de Ingresso do Assistente. Iniciativa Probatória. Pode o Assistente Arrolar Testemunhas?	46
3.4. Assistente Habilitado e Não-Habilitado. Recursos que Pode Interpor. Prazo Recursal	48
Capítulo II – Prisões Cautelares e Liberdade Provisória: A (In)eficácia da Presunção de Inocência	53
1. Presunção de Inocência e Prisões Cautelares: A Difícil Coexistência	53
2. Teoria das Prisões Cautelares	54
2.1. <i>Fumus Boni Iuris</i> e <i>Periculum in Mora</i> ? A Impropriedade desses Termos. Categorias do Processo Penal: <i>Fumus Commisssi Delicti</i> e <i>Periculum Libertatis</i>	55
2.2. Medidas Cautelares e Não Processo Cautelar.....	57
2.3. Inexistência de um Poder Geral de Cautela. Ilegalidade das Medidas Cautelares Atípicas.....	57
2.4. Principiologia das Prisões Cautelares.....	60
2.4.1. Jurisdicionalidade	60
2.4.2. Provisionalidade	61
2.4.3. Provisoriedade. Prazo Razoável e a Superação das Súmulas nº 52 e 21 do STJ	62
2.4.4. Excepcionalidade	66
2.4.5. Proporcionalidade	67
3. Da Prisão em Flagrante. Medida de Natureza Pré-Cautelar. Análise das Espécies, Requisitos e Defeitos. Garantias Processuais e Constitucionais.....	70
3.1. Por que a Prisão em Flagrante não Pode, Por Si Só, Manter Alguém Preso? Compreendendo sua Pré-Cautelaridade. Alcance do Art. 310, Parágrafo Único, do CPP	70
3.2. Espécies de Flagrante. Análise do Art. 302 do CPP.....	75
3.3. Flagrante em Crime Permanente. A Problemática do Flagrante nos Crimes Habituais	79
3.4. (I)Legalidade dos Flagrantes Forjado, Provocado, Preparado, Esperado e Protelado (ou Diferido). Conceitos e Distinções. Prisão em Flagrante e Crimes de Ação Penal de Iniciativa Privada e Pública Condicionada à Representação.....	82

3.5. Síntese do Procedimento. Atos que Compõem o Auto de Prisão em Flagrante	86
3.6. Garantias Constitucionais e Legalidade da Prisão em Flagrante. Análise do Art. 306 do CPP	88
3.7. A Decisão Judicial Sobre o Auto de Prisão em Flagrante. Aspectos Formais e Análise da Necessidade da Decretação da Prisão Preventiva	91
3.8. Refletindo sobre a Necessidade do Processo Ainda que Exista Prisão em Flagrante: Contaminação da Evidência, Alucinação e Ilusão de Certeza....	94
3.9. A Relação de Prejudicialidade entre a Apresentação Espontânea (Art. 317) e a Prisão em Flagrante. Crimes Culposos de Trânsito – Art. 301 da Lei nº 9.503/97	97
4. Da Prisão Preventiva. Do Senso Comum à Crítica Morfológica e Análise dos Defeitos Fisiológicos.....	99
4.1. Recordando os Princípios que Permitem a Difícil Coexistência entre Prisão Preventiva e Presunção de Inocência.....	99
4.2. Momentos da Prisão Preventiva. Quem Pode Postular seu Decreto. Ilegalidade da Prisão Preventiva Decretada de Ofício. Violação do Sistema Acusatório e da Garantia da Imparcialidade do Julgador	101
4.3. Requisito da Prisão Preventiva: <i>Fumus Commisssi Delicti</i> . Juízo de Probabilidade de Tipicidade, Ilícitude e Culpabilidade.....	104
4.4. Fundamento da Prisão Preventiva: <i>Periculum Libertatis</i> . Análise a Partir do Senso Comum Doutrinário e Jurisprudencial	108
4.5. Análise dos Arts. 313 e 314 do CPP. Casos em que a Prisão Preventiva Pode ou Não ser Decretada.....	112
4.6. Análise Crítica do <i>Periculum Libertatis</i> . Resistindo à Banalização do Mal. Controle Judicial da (Substancial) Inconstitucionalidade da Prisão Para Garantia da Ordem Pública e da Ordem Econômica. Defeito Genético..	115
4.7. Prisão Para Garantia da Ordem Pública. O Falacioso Argumento da “Credibilidade (ou Fragilidade?) das Instituições”. Risco de Reiteração. Crítica: Exercício de Vidência. Contraponto: Aceitação no Direito Comparado	122
4.8. Desconstruindo o Paradigma da (Cruel) Necessidade, Forjado pelo Pensamento Liberal Clássico. Alternativas à Prisão por “Conveniência da Instrução Criminal” e para o “Risco para Aplicação da Lei Penal”.....	126
4.9. Crítica ao Sistema Cautelar Brasileiro. Defeito e Limitação Morfológica. Imprescindibilidade do Pluralismo Cautelar para Fugir da Patologia dos Extremos	132
4.10. Decretação ou Manutenção da Prisão Preventiva quando da Sentença Penal Condenatória Recorrível	134
4.11. Análise da Manutenção ou Decretação da Prisão Preventiva no Momento da Pronúncia.....	140
4.12. Prisão Preventiva e Recursos Especial e/ou Extraordinário. Inexistência de Prisão Obrigatória. Ausência de “Efeito Suspensivo” e a Inadequada Transmissão de Categorias do Processo Civil.....	141

5.	Da Prisão Temporária	145
5.1.	Duração da Prisão Temporária. Prazo com Sanção.....	147
5.2.	Especificidade do Caráter Cautelar. Análise do <i>Fumus Commissi Delicti</i> e do <i>Periculum Libertatis</i> . Crítica à “Imprescindibilidade para as Investigações Policiais”	149
6.	Prisão Especial. Especificidades da Forma de Cumprimento da Prisão Cautelar. Inexistência de Prisão Administrativa. Prisão Civil.....	152
7.	Liberdade Provisória. Limitações e Paradoxos do Sistema Brasileiro. Imprescritibilidade Processual do (Atual) Regime Jurídico da Fiança.....	157
7.1.	Definindo as Categorias: Relaxamento, Revogação da Prisão Cautelar e Concessão da Liberdade Provisória.....	159
7.2.	Liberdade Provisória sem Fiança. Regimes Jurídicos. A Importância do Art. 310, Parágrafo Único, do CPP	162
7.3.	Liberdade Provisória com Fiança. Ineficácia Gerada Pelo Grave Paradoxo Legislativo. Inutilidade do Instituto no Regime Atual.....	165
7.4.	Apenas por Argumentar: Valor, Reforço, Dispensa, Destinação, Cassação, Quebramento e Perda da Fiança	167
7.5.	Crimes Inafiançáveis e Situações de Inafiançabilidade. Irrelevância. Ausência de Prisão Cautelar Obrigatória. Concessão de Liberdade Provisória sem Fiança	169
7.6.	Ilegalidade da Vedação à Concessão de Liberdade Provisória. Possibilidade em Crimes Hediondos e Equiparados. Nova Lei de Tóxicos, Estatuto do Desarmamento e Lei nº 9.613 (Lavagem de Dinheiro)	171
8.	De Olho nas Reformas Processuais: Breves Comentários Acerca do Projeto de Lei nº 4.208-C.....	174
9.	Anexo do Capítulo: Projeto de Lei nº 4.208-C. Prisão Processual, Liberdade Provisória e Demais Medidas Cautelares	182
Capítulo III – Das Medidas Assecuratórias (Ou das Medidas Cautelares Reais)....		189
1.	Explicações Iniciais	189
2.	Do Sequestro de Bens Imóveis e Móveis	191
2.1.	Requisito. Legitimidade. Procedimento. Embargos do Imputado e de Terceiro.....	191
2.2.	Distinção entre Sequestro de Bens Móveis e a Busca e Apreensão. A Confusa Redação do Art. 132 do CPP	198
3.	Hipoteca Legal e Arresto Prévio de Imóveis. Bens de Origem Lícita.....	199
4.	Arresto de Bens Móveis. Origem Lícita. Art. 137 do CPP	201
5.	Medidas Cautelares Reais: Demonstração da Necessidade e da Proporcionalidade. Problemática Não Enfrentada	202
Capítulo IV – Morfologia dos Procedimentos.....		205
1.	Introdução: Sumária (Re)Cognição da Santa Trindade do Direito Processual Penal.....	205
2.	Tentando Encontrar uma Ordem no Caos	207
3.	Análise da Morfologia dos Principais Procedimentos	210

3.1. Rito Ordinário	211
3.1.1. Considerações Gerais. Morfologia. Quando Ocorre o Recebimento da Acusação? (Ou a Mesóclise da Discórdia...)	211
3.1.2. A Audiência de Instrução e Julgamento	216
3.2. Rito Sumário	219
3.3. Rito Especial: Crimes Praticados por Servidores Públicos Contra a Administração em Geral	220
3.4. Rito Especial: Crimes Contra a Honra	223
3.5. Rito Especial da Lei de Tóxicos (Lei nº 11.343/06)	226
3.6. Os Juizados Especiais Criminais (JECrim) e o Rito Sumaríssimo da Lei nº 9.099	231
3.6.1. Competência dos Juizados Especiais Criminais Estaduais e Federais..	231
3.6.2. Limite de Pena e Competência do JECrim. Causas de Aumento e de Diminuição de Pena. Concurso de Crimes: Material, Formal e Continuado	234
3.6.3. Composição dos Danos Civis e suas Consequências.....	236
3.6.4. Transação Penal.....	238
3.6.4.1. E se o Ministério Público Não Oferecer a Transação Penal?..	243
3.6.4.2. Cabimento da Transação Penal em Ação Penal de Iniciativa Privada.....	244
3.6.4.3. Descumprimento da Transação Penal.....	246
3.6.5. Suspensão Condicional do Processo	247
3.6.5.1. Considerações Introdutórias sobre a Suspensão Condicional do Processo	247
3.6.5.2. Alcance e Aplicação da Suspensão Condicional do Processo. Cabimento em Crimes de Ação Penal de Iniciativa Privada. Requisitos. Momento de Oferecimento	251
3.6.5.3. Suspensão Condicional do Processo e a Desclassificação do Delito: Aplicando a Súmula nº 337 do STJ	255
3.6.5.4. O Período de Provas e o Cumprimento das Condições. Causas de Revogação da Suspensão Condicional do Processo ..	258
3.6.5.5. Procedimento no Juizado Especial Criminal.....	262
3.6.5.5.1. Fase Preliminar. Alteração da Competência Quando o Acusado Não é Encontrado. Demais Atos ...	262
3.6.5.5.2. Rito Sumaríssimo	265
3.6.5.5.3. Recursos e Execução.....	266
3.7. Crítica ao Sistema de Justiça Negociada	267
3.8. Rito dos Crimes da Competência do Tribunal do Júri.....	275
3.8.1. Competência e Morfologia do Procedimento	275
3.8.2. O Procedimento Bifásico. Análise dos Atos	277
3.8.2.1. Primeira Fase: Atos da Instrução Preliminar	277
3.8.2.1.1. Decisão de Pronúncia. Excesso de Linguagem. O Problemático <i>In Dubio Pro Societate</i> . Princípio da	

Correlação. Crime Conexo. Prisão Cautelar. Intimação da Pronúncia	282
3.8.2.1.2. Decisão de Impronúncia. Problemática Situação de Incerteza	292
3.8.2.1.3. Absolvição Sumária (Própria e Imprópria)	295
3.8.2.1.4. Desclassificação na Primeira Fase (Própria e Imprópria) e em Plenário	298
3.8.2.2. Segunda Fase: Da Preparação do Processo para Julgamento em Plenário. Relatório. Crítica a que “Qualquer Juiz” Presida o Feito. Alistamento dos Jurados	301
3.8.2.2.1. Do Desaforamento e Reaforamento. Dilação Indevida e (De)Mora Jurisdicional. Pedido de Imediata Realização do Julgamento	305
3.8.2.2.2. Obrigatoriedade da Função de Jurado. Isenção. Alegação de Impedimento. Recusa de Participar e Ausência na Sessão. Serviço Alternativo. Problemática	310
3.8.2.2.3. A Sessão do Tribunal do Júri. Constituição do Conselho de Sentença. Direito de Não Comparecer. Recusas e Cisão. Instrução em Plenário. Leitura de Peças e Proibições. Uso de Algemas. Debates	312
3.8.2.2.4. Juntada de Documentos para Utilização em Plenário. Antecedência Mínima. O Problema das Manobras e Surpresas	319
3.8.2.2.5. Considerações Sobre os Quesitos. Teses Defensivas. Desclassificação Própria e Imprópria	321
3.8.2.2.6. Da Sentença Condenatória e Absolutória. Problemas em Torno dos Efeitos Cíveis. A Prisão Preventiva	330
3.9. Crítica ao Tribunal do Júri: da Falta de Fundamentação das Decisões à Negação da Jurisdição	337
3.10. Uma Alternativa Interdisciplinar ao Tribunal do Júri: O Escabinato.....	345
Capítulo V – Decisões Judiciais e sua (Necessária) Motivação. Superando o Paradigma Cartesiano. Princípio da Correlação (Congruência). Coisa Julgada	349
1. Dikelogia: La Ciencia de la Justicia	349
2. Controle da Racionalidade das Decisões e Legitimação do Poder	352
2.1. Invalidade Substancial da Norma: Quando o Juiz se Põe a Pensar e Sentir ..	355
2.2. A Superação do Dogma da Completude Jurídica. Quem nos Protege da Bondade dos Bons?	358
2.3. À Guisa de Conclusões Provisórias: Rompendo o Paradigma Cartesiano e Assumindo a Subjetividade no Ato de Julgar, Mas Sem Cair no Decisismo	360

3.	Decisão Penal: Análise dos Aspectos Formais	369
3.1.	Estrutura Externa da Sentença. A Sentença Condenatória	372
3.2.	Pode(ria) o Juiz Condenar Quando o Ministério Público Requerer a Absolvição? O Eterno Retorno ao Estudo do Objeto do Processo Penal e a Necessária Conformidade Constitucional. A Violação da Regra da Correlação.....	376
4.	Princípio da Congruência (ou Correlação) na Sentença Penal	378
4.1.	A Imutabilidade da Pretensão Acusatória. Recordando o Objeto do Processo Penal.....	378
4.2.	Princípio da Correlação ou Congruência: Princípios Informadores. A Importância do Contraditório e do Sistema Acusatório	380
4.3.	A Complexa Problemática da <i>Emendatio Libelli</i> – Art. 383 do CPP. Para Além do Insuportável Reduccionismo do <i>Axioma Narra Mihi Factum, Dabo Tibi Ius</i> . Rompendo os Grilhões Axiomáticos.....	383
4.4.	É Possível Aplicar o Art. 383 Quando do Recebimento da Denúncia?	392
4.5.	<i>Mutatio Libelli</i> – Art. 384 do CPP. O Problema da Definição Jurídica mais Favorável ao Réu e a Ausência de Aditamento	394
4.6.	Mutações: de Crime Doloso Para Culposos; Tentado para Consumado; Autor para Partícipe e Vice-Versa. Necessidade de <i>Mutatio Libelli</i>	398
4.7.	As Sentenças Incongruentes. As Classes de Incongruência. Nulidade	403
5.	Coisa Julgada Formal e Material.....	405
5.1.	Limites Objetivos e Subjetivos da Coisa Julgada	408
5.2.	Algumas Questões em Torno da Abrangência dos Limites da Coisa Julgada. Circunstâncias e Elementares não Contidas na Denúncia. O Problema do Concurso de Crimes. Concurso Formal, Material e Crime Continuado. Crime Habitual. Consumação Posterior do Crime Tentado...	409
Capítulo VI – Atos Processuais Defeituosos e a Crise da Teoria das Invalidades (Nulidades). A Forma como Garantia		417
1.	Introdução. Meras Irregularidades e Atos Inexistentes	417
2.	Nulidades Absolutas e Relativas. Construção dos Conceitos a Partir do Senso Comum Teórico e Jurisprudencial	420
2.1.	Nulidades Absolutas. Definição.....	420
2.2.	Nulidades Relativas. Definição(?).....	421
2.3.	A Superação da Estrutura Legal Vigente. Nulidades Cominadas e Não Cominadas. Arts. 564, 566 e 571, do CPP	422
2.4.	Teoria do Prejuízo e Finalidade do Ato. Cláusulas Genéricas. Manipulação Discursiva. Crítica	424
3.	Análise a Partir das Categorias Jurídicas Próprias do Processo Penal e da Necessária Eficácia do Sistema de Garantias da Constituição	427
3.1.	Crítica à Classificação em Nulidades Absolutas e Relativas	427
3.2.	A Serviço de Quem Está o Sistema de Garantias da Constituição? A Tipicidade do Ato Processual. A Forma como Garantia. Convalidação (?). Nulidade Não é Sanção	429

3.3. (Re)Pensando Categorias a Partir dos Conceitos de Ato Defeituoso Sanável ou Insanável. Sistema de Garantias Constitucionais. Quando o Feito com Defeito tem de ser Refeito.....	435
3.4. Princípio da Contaminação. Defeito por Derivação. A Indevida Redução da Complexidade. Arts. 573 e 567 do CPP	438
3.5. Atos Defeituosos no Inquérito Policial. Novamente a Excessiva Redução de Complexidade a Serviço da Cultura Inquisitória	441
3.6. Para Facilitar a Compreensão das Categorias: Rápidos Exemplos do Tratamento dos Atos Defeituosos. Súmulas do STJ e do STF Pertinentes	445
Capítulo VII – Teoria dos Recursos no Processo Penal (ou as Regras para o Juízo sobre o Juízo)	453
1. Introdução. Fundamentos, Conceitos e Natureza Jurídica	453
2. O Princípio do Duplo Grau de Jurisdição: Direito Fundamental? (In)Aplicabilidade nos Casos de Competência Originária dos Tribunais	457
3. Classificando os Recursos: Ordinários e Extraordinários; Totais e Parciais; Fundamentação Livre ou Vinculada; Verticais e Horizontais; Voluntários e Obrigatórios. Crítica ao Recurso ‘de Ofício’	460
4. Efeitos Devolutivo e Suspensivo. Conceitos e Crítica. Inadequação de Categorias Diante dos Valores em Jogo no Processo Penal	465
5. Princípios do Processo Penal e sua Incidência na Fase Recursal	468
5.1. Princípio da Jurisdicionalidade e Sistema Recursal	468
5.2. Princípio Acusatório e Sistema Recursal	470
5.3. Presunção de Inocência e Sistema Recursal	470
5.4. Contraditório e Direito de Defesa no Sistema Recursal	471
5.5. Motivação das Decisões Judiciais e Sistema Recursal	471
6. Regras Específicas do Sistema Recursal	474
6.1. Fungibilidade	475
6.2. Unirrecorribilidade	476
6.3. Motivação dos Recursos	477
6.4. Proibição da <i>Reformatio in Pejus</i> e a Permissão da <i>Reformatio in Mellius</i>	477
6.5. <i>Tantum Devolutum Quantum Appellatum</i>	478
6.6. Irrecorribilidade dos Despachos de Mero Expediente e das Decisões Interlocutórias (Simples)	479
6.7. Complementaridade Recursal	481
6.8. (In)Disponibilidade dos Recursos	482
6.9. Extensão Subjetiva dos Efeitos dos Recursos	482
7. Interposição. Tempestividade. Preparo na Ação Penal de Iniciativa Privada. Deserção	484
8. Requisitos Objetivos e Subjetivos dos Recursos. Crítica à Transposição das Condições da Ação e Pressupostos Processuais	491
9. Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito	499
10. Para Refletir: O (Des)Cabimento da Intervenção do Ministério Público em Segundo Grau	501

Capítulo VIII – Dos Recursos no Processo Penal: Espécies	505
1. Do Recurso em Sentido Estrito	505
1.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos do Recurso em Sentido Estrito.....	505
1.1.1. Requisitos Objetivos: Cabimento, Adequação, Tempestividade e Preparo.....	505
1.1.1.1. Cabimento e Adequação	505
1.1.1.2. Tempestividade e Preparo	516
1.1.2. Requisitos Subjetivos: Legitimação e Gravame	518
1.2. Efeitos do Recurso em Sentido Estrito.....	518
1.3. Aspectos Relevantes do Procedimento. Efeitos.....	519
2. Do Recurso de Apelação	522
2.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos da Apelação	523
2.1.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos.....	523
2.1.1.1. Cabimento e Adequação	523
2.1.1.2. Tempestividade. Legitimidade. Gravame. Preparo. Processamento da Apelação.....	540
2.2. Efeitos Devolutivo e Suspensivo. O Direito de Apelar em Liberdade	546
3. Embargos Infringentes e Embargos de Nulidade	550
3.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos.....	552
3.2. O Problema da Divergência Parcial. Interposição Simultânea do Recurso Especial e Extraordinário?	556
3.3. Efeitos Devolutivo e Suspensivo	560
4. Embargos Declaratórios	561
4.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos.....	563
4.2. Efeitos Devolutivo, Suspensivo e Modificativo (Infringentes).....	564
5. Do Agravo em Execução Penal	568
5.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos.....	571
5.2. Aspectos Procedimentais. Formação do Instrumento e Efeito Regressivo... ..	573
5.3. Efeito Devolutivo e Suspensivo	574
6. Da Carta Testemunhável	575
7. Dos Recursos Especial e Extraordinário	577
7.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos.....	579
7.1.1. Cabimento e Adequação no Recurso Especial.....	579
7.1.2. Cabimento e Adequação no Recurso Extraordinário.....	585
7.1.3. Demais Requisitos Recursais: Tempestividade, Preparo, Legitimidade e Interesse Recursal (Gravame)	592
7.2. A Exigência do Pré-questionamento	595
7.3. A Demonstração da Repercussão Geral no Recurso Extraordinário. Reprodução em Múltiplos Feitos.....	598
7.4. Efeito Devolutivo e Suspensivo. Um Reduccionismo a Ser Superado: Prisão Automática nos Recursos Especial e Extraordinário por Ausência de ‘Efeito Suspensivo’?	603
7.5. O Agravo de Instrumento para Impugnar a Decisão que Inadmitiu os Recursos Especial e Extraordinário.....	609

7.6. Quadro Esquemático dos Recursos Especial e Extraordinário	612
7.7. Principais Súmulas do STJ e STF sobre os Recursos Especial e Extraordinário	612
8. De Olho nas Reformas Processuais II: Breves Comentários Acerca do Projeto de Lei nº 4.206/01	615
9. Anexo do Capítulo: Projeto de Lei nº 4.206/01. Recursos e Ações de Impugnação	623
Capítulo IX – Ações de Impugnação: Revisão Criminal. Habeas Corpus. Mandado de Segurança	633
1. Revisão Criminal	633
1.1. Cabimento. Análise do art. 621 do CPP	634
1.2. Prazo. Legitimidade. Procedimento	641
1.3. Limites da Decisão Proferida na Revisão Criminal. Da Indenização	645
2. <i>Habeas Corpus</i>	647
2.1. Uma (Re)Leitura Histórica do <i>Habeas Corpus</i> : Os Antecedentes do Direito Aragonês	647
2.2. Antecedentes Históricos no Brasil e Considerações Iniciais	651
2.3. Natureza Jurídica	652
2.4. Objeto	654
2.5. Cabimento – Análise dos arts. 647 e 648 do CPP. <i>Habeas Corpus Preventivo e Liberatório</i>	655
2.5.1. O <i>Habeas Corpus</i> como Instrumento de Collateral Attack	663
2.5.2. O <i>Habeas Corpus</i> Contra Ato de Particular	663
2.5.3. <i>Habeas Corpus</i> Preventivo	665
2.6. Competência. Legitimidade. Procedimento	667
2.7. Recurso Ordinário Constitucional em <i>Habeas Corpus</i>	677
2.8. Súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre o <i>Habeas Corpus</i>	680
3. Mandado de Segurança em Matéria Penal	682
3.1. Considerações Prévias	682
3.2. Natureza Jurídica	683
3.3. Objeto e Cabimento. Direito Líquido e Certo	684
3.4. Legitimidade Ativa e Passiva. Competência	688
3.5. Breves Considerações sobre o Procedimento	689
Bibliografia	693